

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de fevereiro/2018, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro/2018, avaliando principalmente o quesito enquadramento, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2018 descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de fevereiro de 2018) e parcela nº 002 do parcelamento vigente, autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017, enfatizando que a parcela nº 001, quando do seu pagamento ocorrido em 09 de fevereiro de 2018, os valores foram investimentos conforme decisão contida na ata do dia 08 de fevereiro de 2018, estudar a avaliação da carteira de investimentos do Instituto de Previdência frente ao atual cenário econômico e novamente relatar o recebimento de convite enviado pelo IPREM de Ilha Solteira – SP, cujo conteúdo trata de realização de curso para preparação do exame CPA-10, cujos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimento devem participar para prestar o exame de certificação CPA-10.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início, conforme descrevem os informativos econômicos na EUROPA a zona do euro registrou crescimento do PIB de 2,3% em 2017 e não 2,5%, conforme nova revisão da agência Eurostat. Mesmo assim, continuou a ser a maior expansão em uma década, depois do PIB do quarto trimestre ter avançado 0,6%, sobre o trimestre anterior. Já a taxa de desemprego em janeiro, também conforme a Eurostat permaneceu em 8,6%, depois de ter registrado 8,7% em novembro de 2017. A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter registrado 1,3% em janeiro, recuou para 1,2% em fevereiro, como era esperado. No entanto, o núcleo da inflação permaneceu em 1,3%. EUA Conforme revisão do Departamento de Comércio, o PIB americano no quarto

trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 2,5% e não 2,6%. Mesmo assim, a economia dos EUA cresceu 2,3% em todo o ano, com os gastos dos consumidores subindo 3,8% no último trimestre, o ritmo mais forte desde o quarto trimestre de 2014. Quanto ao mercado de trabalho, mostrou ainda mais força em fevereiro. Foram criadas 313 mil vagas de trabalho não agrícola, quando a expectativa era de 205 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,1% em janeiro, permaneceu nesse patamar pelo quinto mês consecutivo. Já os salários subiram 0,1% em relação ao mês anterior, quando a estimativa apontava uma alta de 0,2%. Em relação à ata da primeira reunião do FED neste ano, em que a taxa de juros foi mantida entre 1,25% e 1,5%, os membros do colegiado disseram esperar que a economia cresça mais rápido que o esperado em 2018, em parte devido ao notável corte de impostos promovido pelo governo.

ÁSIA Na China, a inflação do consumidor em fevereiro foi de 2,9% na base anual, contra uma expectativa de 2,5%. Por outro lado, o governo estabeleceu a meta de crescimento do PIB em 2018 em 6,5%. No Japão, o crescimento do PIB no quarto trimestre de 2017 foi revisado de 0,9% para 1,6% em taxa anualizada, o que elevou o PIB do ano em 1,9%. Já as bolsas internacionais tiveram em fevereiro um mês de quedas generalizadas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) recuou 5,71% no mês, a inglesa caiu (FTSE 100) 4,00%, a do Japão (Nikkei 225) 5,95%, e a americana (S&P 500) 3,89%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês de fevereiro 4,74%.

NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme o IBGE, a economia brasileira cresceu 1% em 2017 e o PIB totalizou R\$ 6.55 trilhões. No último trimestre do ano o avanço da atividade econômica foi de 0,1%, frente ao trimestre anterior. No ano, pelo lado da oferta, o setor agropecuário cresceu 13%, o industrial ficou estável e o de serviços teve alta de 0,3%. Pelo lado do consumo, o aspecto negativo foi a queda da taxa de investimento para 15,6% do PIB, o patamar mais baixo desde 1996. Já a taxa de desemprego, que era de 11,8% no trimestre encerrado em dezembro, avançou para 12,2% no trimestre encerrado em janeiro, com 12,7 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.169,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 46,9 bilhões em janeiro. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 100,4 bilhões, abaixo do déficit acumulado no mesmo período em 2017, que foi de R\$ 110,6 bilhões. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 392,7 bilhões (5,97% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 493,1 bilhões (7,49% do PIB) no mesmo período. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em dezembro R\$ 4,90 trilhões (74,5% do PIB). No lado fiscal, o aspecto positivo foi o aumento de 10% na arrecadação do governo federal em janeiro, que junto com o Refis permitiram o superávit primário obtido. O lado negativo ficou por conta da desistência de se votar agora a reforma da Previdência, o que **acabou acarretando o rebaixamento da nota de crédito do país de BB para BB-, pela agência Fitch.**

INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em fevereiro 0,32%, depois da alta de 0,29% em janeiro. Mesmo com a pequena aceleração, é o menor índice para o mês desde 2000. Em doze meses, a alta

acumulada foi de 2,84%, indo ainda mais abaixo do piso da meta que é 3%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,18% em janeiro e acumulou alta de 1,81% em doze meses. JUROS Na reunião realizada no **início de fevereiro, o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 7,00% para 6,75%** aa, a décima primeira redução da taxa seguida. Na ata da reunião, o comitê afirmou que a piora no cenário internacional e a retomada mais consistente da atividade econômica são fatores que contribuem para o fim deste ciclo de queda da taxa básica de juros.

**CÂMBIO E SETOR EXTERNO** A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de fevereiro cotada em R\$ 3,2449, com uma valorização de 2,61% no mês. Em janeiro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 4,3 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 9 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,5 bilhões em janeiro e as reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 375,7 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em fevereiro de 2018 um superávit de US\$ 4,91 bilhões, o melhor resultado para o mês da série histórica. No bimestre, o superávit comercial somou US\$ 7,67 bilhões.

**RENDA FIXA** Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de fevereiro acabou sendo o do IRF-M1+ com alta de 1,31%, seguido do IRF-M Total com 1,10% e do IMA Geral com alta de 0,72%.

**RENDA VARIÁVEL** Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,52%, acumulando no ano alta de 11,72% e em doze meses de 27,42%. O índice encerrou janeiro em 85.354 pontos. Cabe destacar que mesmo com a saída de R\$ 4,23 bilhões de capital estrangeiro no mês, o acumulado no ano ainda está positivo em R\$ 5,3 bilhões.

**PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL** Depois de um início de fevereiro turbulento, por conta dos dados de emprego nos EUA em janeiro, que ascenderam de maneira mais incisiva os temores de mais altas nas taxas de juros americanas por conta da economia superaquecendo, os mercados ficaram mais tranquilos com os dados de fevereiro. No entanto, estando os mercados acionários em níveis recorde e as taxas de juros dos títulos governamentais subindo lentamente, é bem possível que novos dados venham trazer novos momentos de forte volatilidade para os mercados. Não podemos esquecer que a queda dos impostos promovida pelo governo Trump no final do ano, poderá aquecer exageradamente o ritmo da economia americana.

**MERCADO NACIONAL** No mercado local, as taxas de juros continuam em queda, principalmente com a expectativa de que o Copom irá promover nova redução da taxa Selic em sua próxima reunião no dia 21 de março. Se por um lado isso pode realmente ocorrer com a inflação corrente muito baixa, por outro devemos recordar que a reforma da Previdência foi abandonada e a situação fiscal do país continua bastante delicada. Foram inúmeros os pronunciamentos do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central no sentido de que a não aprovação da reforma da Previdência poderia reavivar o fantasma da hiperinflação por conta do estouro da situação fiscal e do fator confiança. É nesse contexto que se vislumbra nova redução da taxa Selic. Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, a recomendação é uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. Consideramos de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto

a ser acompanhado com a maior atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) a nossa recomendação é de uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 30%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. Quanto à renda variável, recomendamos a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica neste e no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de fevereiro/2018** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em fevereiro de 2018, onde se verificou que por conta da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, alterada pela Resolução 4.604, de 19 de outubro último, alguns limites estão desenquadrados, contudo há prazo até 19 de abril de 2018 para que os mesmos estejam adequados. Sendo o Relatório avaliado foi aprovado. Contudo, as atenções estão voltadas para o mercado financeiro e seus sinais de forma a aproveitar as oportunidade dentro da Política de Investimentos e corrigir desenquadramentos. Para tanto, no sentido de corrigir desenquadramento e adequar a carteira de investimentos conforme a Política de Investimentos, foi solicitada avaliação da carteira de investimentos à Crédito e Mercado, a qual foi analisada e concluiu-se que serão realizadas as seguintes ações: Resgate de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos reais) do fundo BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA a e aplicação dos valores no fundo BRADESCO SELECTION FI AÇÕES (conforme parecer emitido pela Crédito e Mercado), objetivando redução da posição em IMA-B, ajustando os investimentos para obtenção de melhores resultados; resgate total do fundo BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO e aplicação dos valores no fundo BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP (conforme parecer emitido pela Crédito e Mercado), objetivando aumentar a exposição no segmento renda variável, visto necessidade de diversificação da carteira de**

investimentos, qual possibilita a obtenção de retornos para cumprimento da meta atuarial no longo prazo. Ficou decidido ainda que com relação ao fundo **SANTANDER SELEÇÃO PLUS FIC AÇÕES**, o qual incorporou o fundo **SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO SMALL CAP AÇÕES**, conforme Assembleia Geral de Cotistas, estaremos aguardando o enquadramento do mesmo nos moldes da nova Resolução, uma vez que teremos prazo até abril/2018 para que o mesmo esteja nos termos legais. Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência fevereiro/2018, descontas as despesas administrativas e parcela nº 002 do parcelamento autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017 (cujo vencimento se dará em 12 de março de 2018). Considerando que estamos acompanhando a carteira de investimentos e que estamos ajustando a carteira de investimentos à Política de Investimentos e **objetivando aumentar a exposição no segmento renda variável, visto necessidade de diversificação da carteira de investimentos, a qual possibilita a obtenção de retornos para cumprimento da meta atuarial no longo prazo**, considerando ainda a Avaliação da Carteira de Investimentos efetuada pela Crédito e Mercado, foi decidido por unanimidade que os valores disponíveis para investimento **serão aplicados no fundo BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP (conforme parecer emitido pela Crédito e Mercado)**. Continuando foi novamente comunicado o recebimento de convite enviado pelo IPREM de Ilha Solteira – SP, cujo conteúdo trata de realização de curso para preparação do exame CPA-10, cujos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimento devem participar, haja vista a necessidade de todos os membros engajados nas decisões do Instituto estarem munidos de conhecimento e cumprimento de determinações legais, tais como maioria dos membros do Comitê de Investimentos devidamente certificados, com observação dos prazo de vencimento dos Certificados já existentes. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do Comitê se dará em 11 de abril de 2018, às 13h30min. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 12 de março de 2018.

#### **COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Aparecido Zara: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_